REPERCUSSÕES DO FUNDEF/FUNDEB NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ.

Fabrício Aarão Freire Carvalho – ICED/UFPA (fafc33@gmail.com).

RESUMO:

Este artigo teve por objetivo analisar as repercussões do FUNDEF/FUNDEB na formação dos profissionais do magistério da rede estadual de ensino de educação básica do Pará (1996 a 2009). Configura-se como uma análise de políticas públicas, tendo como foco o exame das implicações da política de fundos para a materialização da valorização docente no Estado. A pesquisa permitiu concluir que com o estímulo financeiro, ainda que mínimo proporcionado pelo FUNDEF/FUNDEB, aliado as políticas estaduais implementadas, houve uma tendência ao longo do período de redução do número de professores leigos. Embora se perceba aumento no número de professores com o ensino superior, os mesmos não possuíam formação em licenciatura, o que também se configura como um grave problema para a educação básica do Pará.

Palavras-chave: FUNDEF/FUNDEB – Política de Valorização Docente – Formação Docente

1- INTRODUÇÃO

Conforme disposto tanto na Lei do FUNDEF (nº 9.424/1996, art. 7º § único) como na Lei do FUNDEB (nº 11.494/2007, art. 22), resguardadas as suas respectivas abrangências (ensino fundamental e depois toda a educação básica), no mínimo 60% dos recursos do Fundo deveriam ser utilizados na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública de ensino. A lei do FUNDEF, especificamente, permitia a utilização de partes desses recursos na **capacitação de professores** leigos, durante os cinco primeiros anos de vigência do fundo. De acordo com sua política e necessidade, caberia ao governo estadual avaliar a situação de seu quadro docente e realizar a formação dos mesmos, de modo a habilitá-los ao exercício regular da profissão.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as repercussões da política de fundos (FUNDEF e FUNDEB) para a consolidação da valorização docente na realidade educacional paraense a partir do indicador Formação do professor. A análise da repercussão da política de fundos na valorização docente a partir deste indicador foi realizada com base nos dados estatísticos acerca da formação dos professores antes e depois da política de fundos, a partir da análise dos gastos realizados na capacitação de professores leigos e na formação dos profissionais do magistério e com base nas informações coletadas por meio de entrevistas.

2- DO FUNDEF AO FUNDEB NA REDE ESTADUAL DE ENSINO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM QUESTÃO

Um objetivo importante que o FUNDEF e FUNDEB tentaram atingir, foi o de valorizar os profissionais do magistério. Uma das formas de se conseguir isso seria investindo na formação e capacitação dos professores. Uma observação atenta dos dados relacionados ao número de funções docentes fornecidos pelo Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliação Educacional (NUPAE) da Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA[1], nos ajudará a identificar que tendência o FUNDEF e o FUNDEB conseguiram implementar.

Tabela 1 - Número de funções docentes na Rede Estadual de Ensino de Educação Básica do Pará– 1996 a 2009

Série histórica		Total no estado	Nº índice 1996=100	Rede estadual	Nº índice 1996=100	%/total
	1996	71.534	100,0	37.605	100,0	52,6
FUNDEF	**1997**	74.860	104,6	36.483	97,0	48,7
	1998	73.546	102,8	29.601	78,7	40,2
	1999	81.865	114,4	30.863	82,1	37,7
	2000	85.128	119,0	27.729	73,7	32,6
	2001	90.749	126,9	28.113	74,8	31,0
	2002	95.381	133,3	29.052	77,3	30,5
	2003	96.651	135,1	29.156	77,5	30,2
	2004	99.022	138,4	28.779	76,5	29,1
	2005	103.491	144,7	29.234	77,7	28,2
	2006	105.507	147,5	29.211	77,7	27,7
FUNDEB	**2007**	70.349	98,3	14.565	38,7	20,7
	2008	77.648	108,5	17.774	47,3	22,9
	2009	79.080	110,5	16.468	43,8	20,8

Fonte: Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliação Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA (1996 a 2009)

Para análise destes dados vale esclarecer que a definição de função docente admite que um professor possa ser contado mais de uma vez no exercício de suas atribuições como regente de classe, na medida em que a produção da informação estatística focalize cortes ou estratos específicos como turmas, etapas/modalidades de ensino, dependência administrativa (federal, estadual, municipal ou privada), unidade da Federação etc.

Assim durante o período em análise, é possível perceber que enquanto o Pará registrou um aumento médio de 23,8% no número de funções docentes na educação básica, a rede estadual apresentou queda média de 29,0%. Em 1996, um ano antes da implantação do FUNDEF no Pará, a rede estadual de ensino respondia por mais da metade (52,6%) das

[1] No que se refere a este tipo de dado, especificamente, optou-se por trabalhar com os dados fornecidos pela SEDUC/PA em função de uma mudança metodológica do MEC na composição de seu banco de dados. Até 2006, os mesmos eram organizados por "função docente", mas a partir de 2007 as sinopses estatísticas produzidas pelo MEC passaram a privilegiar a produção de dados relativos ao "número de professores" e não mais às funções docentes. De acordo com informações fornecidas pelo NUPAE, os dados da série histórica apresentada são de números de funções docentes e não de números de professores.

funções docentes no estado. Dez anos depois, em 2006, passa a responder por apenas 27,7%. Em 2007, com a mudança do FUNDEF para o FUNDEB, a rede estadual permanece respondendo por bem menos da metade do total de funções docentes do estado ao longo dos três primeiros anos de vigência do FUNDEB. O FUNDEF aliado à estratégia política descentralizadora e o processo de municipalização, adotados pelos governos Almir e Jatene, contribuíram para a redução das funções docentes da educação básica na rede estadual de ensino ao longo da série histórica analisada.

Quanto à formação dos professores da educação básica ao longo do período em estudo, as dados da Tabela 2 apresentam a seguinte situação:

Tabela 2 - Número de funções docentes da educação básica segundo o nível de formação na Rede Estadual de Ensino do Pará – 1996 a 2009

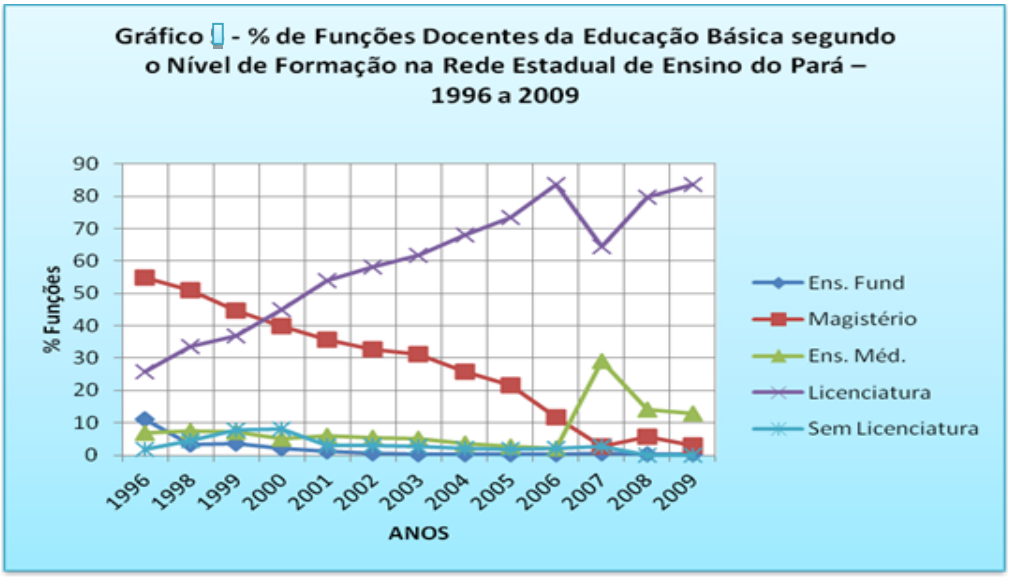
Série histórica		Total na rede estadual	Ensino fundamental		Ensino médio				Superior			
					Normal/ magistério		Ens. médio		Com licenciatura		Sem licenciatura	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	1996	37.605	3.952	11,0	20.686	55,0	2.577	6,9	9.750	25,9	640	1,7
FUNDEF	**1997**	36.483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1998	29.601	977	3,3	15.082	51,0	2.192	7,4	9.982	33,7	1.365	4,61
	1999	30.863	1.082	3,5	13.756	44,6	2.248	7,3	11.380	36,9	2.397	7,77
	2000	27.729	544	2,0	11.036	39,8	1.453	5,2	12.442	44,9	2.254	8,13
	2001	28.113	308	1,1	10.047	35,7	1.728	6,1	15.175	54,0	855	3,04
	2002	29.052	172	0,6	9.457	32,6	1.596	5,5	16.921	58,2	906	3,12
	2003	29.156	89	0,3	9.056	31,1	1.448	5,0	17.782	61,9	781	2,68
	2004	28.779	114	0,4	7.417	25,8	1.006	3,5	19.603	68,1	639	2,22
	2005	29.234	126	0,4	6.303	21,6	766	2,6	21.479	73,5	560	1,92
	2006	29.211	52	0,2	3.427	11,7	641	2,2	24.479	83,8	612	2,1
FUNDEB	**2007**	14.565	98	0,7	382	2,62	4.273	29,0	9.409	64,6	403	2,8
	2008	17.774	50	0,3	1.033	5,81	2.532	14,0	14.159	79,7	0	0
	2009	16.468	57	0,3	498	3,02	2.116	13,0	13.797	83,8	0	0

Fonte: Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliação Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA – 1996 a 2009. (-) Dados não disponibilizados.

Como podemos observar, em 1996, antes do período de vigência do FUNDEF, o estado do Pará contava com 37.605 funções docentes, destas 11,0% possuíam apenas o fundamental completo, 55,0% possuíam o ensino médio magistério (a formação mínima permitida em lei para atuação na educação infantil e nas séries iniciais do fundamental é o ensino médio – magistério), 6,9% possuíam o ensino médio, apenas 25,9% possuíam ensino superior com licenciatura e 1,7% dos professores possuíam o ensino superior completo sem licenciatura. Em 1996 o quadro docente da educação básica da SEDUC, era composto em sua maioria, por professores com formação magistério, mas em nível de ensino médio.

Em 2006, último ano de vigência do FUNDEF, registra-se queda de 22,3% no número de funções docentes da rede estadual. Até este ano, o Estado possuía 29.211 funções docentes sendo que deste total, apenas 0,2% ainda possuíam só o ensino fundamental, 11,7% possuíam a formação ensino médio na modalidade normal, 2,2% apenas o ensino médio, 83,8% possuíam o ensino superior completo com licenciatura e 2,1% possuíam o ensino superior completo sem licenciatura.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do nível de formação dos professores da rede estadual de ensino, no qual é possível observar que:



Fonte: Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliação Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA – 1996 a 2009. Elaborado pelo autor.

Embora tenha ocorrido aumento no percentual de professores com o ensino superior completo em cursos de licenciatura até o ano de 2006, a partir deste ano também houve um pequeno aumento do número de professores com ensino superior, mas sem licenciatura, o que também se configura como um problema para a educação no estado. Pois segundo a LDB nº 9.394/1996, são leigos os docentes em atuação na educação infantil e no ensino fundamental (até a 4ª série), que não completaram o ensino médio na modalidade normal, ou os que não concluíram o ensino superior, em cursos de licenciatura e atuam no ensino fundamental de 5ª a 8ª série, ou no ensino médio. Portanto, são leigos os professores com formação de: ensino fundamental completo ou incompleto; ensino médio que não corresponda a habilitação magistério ou curso normal; e curso de graduação que não seja Licenciatura (LDB nº 9.394, 1996, art. 62).

Durante os três primeiros anos de vigência do FUNDEB (2007 a 2009) há uma pequena variação para mais no número de funções docentes com o ensino fundamental e ensino médio, certa estabilização no número de funções docentes com licenciatura e eliminação progressiva dos professores com ensino superior, mas sem licenciatura.

Com o estímulo financeiro proporcionado pelo FUNDEF, aliado às políticas nacionais, bem como a outras ações implementadas pelo estado visando a valorização do magistério, podemos afirmar que, no geral, houve uma tendência ao longo do período estudado no sentido de reduzir o número de professores leigos com apenas o ensino fundamental, da quantidade de professores com ensino médio magistério e consequentemente ampliação da quantidade de professores com licenciatura.

Em relação a repercussão do FUNDEF na formação dos professores da rede Estadual de ensino, o ex-presidente do CEE/PA, faz a seguinte avaliação (a partir dos dados de formação docente que trabalhou durante o período que esteve na SEDUC e à frente do CEE):

> [...] do ponto de vista quantitativo percebe-se o seguinte: no período em que começa o FUNDEF é onde o número dos professores que possuem formação superior mais cresce e é onde a curva do pessoal que tinha ensino médio mais decresce você percebe isso porque antes elas andavam, assim com uma crescendo e outra decrescendo, mas quase paralela. Elas iam se encontrar muito longe, então houve uma indução para que essa situação mudasse. Isso eu não tenho dúvida! Agora eu ainda continuo questionando muito da qualidade do que é feito e para entender isso aí você tem que entrar na proposta pedagógica dos cursos. O pessoal ainda trabalha muito os modelos da capital no interior, monta a proposta e aí só trabalha de forma concentrada o conteúdo que é dado aqui em quatro meses, em oito dias dez dias [...] acho que isso é uma falha, então acho que é uma coisa complicada você pegar o professor que está fora de um banco de escola por 20 anos, 15, 10 e colocar ele oito horas diárias de conteúdo na cabeça, é muito conteúdo para pouco tempo (Entrevistado 1 - CEE).

Na mesma direção, a coordenação do SINTEPP, embora reconheça o avanço da formação dos professores do estado em termos numéricos, questiona a qualidade da formação recebida ao afirmar

> A avaliação é meio positiva. Mas ainda assim temos dificuldade porque o que aconteceu, foi que o FUNDEF favoreceu as universidades particulares, que era a UNAMA e as outras Faculdades que surgiram [...] tais como as UVAS da vida que proporcionaram uma formação famigerada, sem compromisso com uma formação do ser humano para a educação [...] Cerca de 78 a 83% dos professores da rede municipal e estadual que tiveram formação superior, cursaram em faculdades particulares, não em públicas.

> [...] Por causa do barateamento dos cursos pelas faculdades privadas, poucos fizeram na federal ou na UEPA (Entrevistado 2- SINTEPP).

Em função das exigências impostas pela LDB quanto a formação mínima necessária para atuação como professor da educação básica e em função da possibilidade de utilização de parte dos recursos do FUNDEF para o pagamento de cursos de formação de professores leigos durante os seus cinco primeiros anos de vigência (até 2001), as despesas da função educação com capacitação de professores durante o período de 1996 a 2009 foram as seguintes:

Tabela 3 – Despesas da função educação com capacitação de professores – 1996 a 2009

Principais programas/ anos		Capacitação de prof. leigos*	Form. inicial e continuada de prof.*	Capacitação de prof. p/ a valoriz. do magist.*	Capacitação de prof. de educação básica**	Capacitação de docentes p/ o desenvolvimento**	Capacitação de prof. do ensino **	Capacitação e habilitação de prof. **	Formação inicial de professores da **	Qualificação continuada de professores**	Total programas	Total geral educação
	1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1.050.797.261**
FUNDEF	1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**906.838.117**
	1998	3.515.532,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.515.532,85	**1.321.304.600**
	1999	2.491.984,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.491.984,92	**1.108.628.464**
	2000	3.194.687,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.194.687,42	**995.999.274**
	2001	3.165.687,76	161.881,23	32.835,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.360.404,10	**1.189.871.698**
	2002	11.304.967,23	91.252,24	5.413,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.401.632,54	**1.197.896.375**
	2003	6.081.145,85	60.985,68	67.128,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.209.260,35	**934.998.483**
	2004	0,00	0,00	0,00	14.182,49	89.451,44	7.225,14	4.383.406,87	0,00	0,00	4.494.265,94	**946.046.613**
	2005	0,00	0,00	0,00	8.735,52	139.720,17	15.837,61	3.489.060,98	0,00	0,00	3.653.354,28	**927.791.086**
	2006	0,00	0,00	0,00	106.755,18	46.628,31	219.702,14	605.265,36	0,00	0,00	978.350,99	**1.045.361.847**
FUNDEB	2007	0,00	0,00	0,00	208.565,70	68.781,37	83.205,81	0,00	0,00	0,00	360.552,88	**1.280.629.906**
	2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.436,11	4.309.078,36	4.692.514,47	**1.509.928.082**
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1.620.723.766**

Fonte: SEFA – PA. Balanço Geral do Estado - 1996 a 2009 (Despesa Liquidada). Valores atualizados com base no INPC/IBGE de 05/2010.
Notas: (*) Despesas realizadas com os recursos do "Programa /subfunção Ensino Fundamental". (**) Despesas realizadas com os Recursos do "Programa/subfunção Formação de Recursos Humanos".

Como podemos notar, em 1996 e 1997 não houve registro de gastos em formação de professores no Pará. Mas a partir do segundo ano de vigência do FUNDEF (1998) no estado, até o ano 2003 foram investidos recursos da função educação com a capacitação de professores leigos. No período de 1998 a 2000 os gastos realizados com formação de professores foram destinados exclusivamente para este tipo de capacitação. Do total de recursos investidos em capacitação, 94,2%, 99,2% e 97,9% foram gastos com "capacitação de professores leigos" nos anos 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Nos anos subsequentes (2004 a 2009), os recursos destinados a capacitação passaram a ser destinados a outros tipos de formação e capacitação docente conforme especificado na tabela. Durante estes anos, não foi mais encontrado nenhum programa/subfunção com a nomeclatura "leigo", embora se possa subentender, a partir das demais nomeclaturas analisadas, que a formação do professor leigo esteja contemplada nas mesmas.

Conforme evidenciado pelos dados da Tabela 3, embora só a partir da implantação do FUNDEF (mais precisamente a partir de 1998) se comece a dar atenção maior ao problema da "pouca" formação dos professores que compõem a rede estadual de ensino, com registros de investimentos em sua capacitação, esta é uma dimensão dos gastos em educação que as autoridades políticas, governamentais e os movimentos sociais da categoria precisam dar mais atenção no sentido de estimular a ampliação dos gastos na área. Pois, os gastos em capacitação/formação ficaram abaixo de 1% ao longo da maioria dos anos da série histórica analisada.

Mesmo com o início do FUNDEB em 2007, não houve ampliação das despesas com formação/capacitação de professores. Nos anos 2007 e 2008 os gastos em formação continuaram muito abaixo de 1% em relação aos gastos totais do governo com a função educação. Em 2009, não foram registrados gastos em nenhuma das nomeclaturas relacionadas a formação (dentro da função educação) nos relatórios de balanço do estado.

3 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL – (1996 A 2009).

Como parte da política de formação e valorização do magistério desenvolvida durante o governo Almir Gabriel, surge no cenário estadual (em 1998) o

"Programa de Capacitação e Habilitação de Professores Leigos"[2], coordenado pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e pelo Centro de Treinamento de Recursos Humanos "Prof. Arthur Porto" (CTRH) da SEDUC, cujo principal objetivo foi o de capacitar recursos humanos que atuavam no exercício do magistério da rede pública de ensino do Pará. A elaboração deste programa foi precedida pela realização de um "estudo diagnóstico" da situação dos professores (em termos de formação)[3] realizado pela DRH/SEDUC em 1997 e 1998. Segundo este diagnóstico, foi identificada a seguinte demanda de professores leigos, classificados em cinco categorias:

Tabela 4 – Pará: demanda de professores leigos da Rede Pública de Ensino – 1997 e 1998

Categoria	Nº de professores	Tipo de formação necessária para habilitação ao magistério
Ens. fund. Incompleto	527	Completar o ensino fundamental; Ens. médio – magistério e/ou licenciatura
Ens. fund. Completo	965	Ens. médio – magistério e/ou licenciatura
Ens. médio sem magistério	120	Complementação pedagógica e/ou licenciatura
Ens. superior sem licenciatura	487	Complementação pedagógica e/ou licenciatura
Ens. médio sem licenciatura	3.000	Curso de licenciatura
Total	**5.099**	

Fonte: SEDUC-PA/CTRH – Relatório Final do Programa e Habilitação de Professores Leigos (2006)

A partir das informações obtidas pelo "estudo diagnóstico", foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o programa de formação:

> Qualificar professores das escolas de Ensino Fundamental – séries iniciais; Habilitar professores das escolas de Ensino Fundamental – séries finais; Proporcionar aos professores complementação pedagógica, visando habilitá-los em nível de ensino médio – modalidade normal; Proporcionar aos professores complementação pedagógica visando a habilitação em Licenciatura Plena; Proporcionar ao professores formação em Licenciatura Plena; Garantir aos professores uma formação fundamentada em referencial teórico-prático indispensável a prática pedagógica; Possibilitar melhorias na qualidade do processo ensino-aprendizagem das Escolas de Ensino Fundamental e Médio (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 1998).

[2] Embora este Programa tenha iniciado ainda no Governo Almir, ele tem o seu período de execução estendido até o final do governo de Simão Jatene, em 2006.

[3] Em 1998 a DRH/SEDUC aplicou, junto às unidades regionais de ensino (URE) e escolas-sede, instrumento para identificação e localização da demanda de professores leigos na rede estadual de ensino. Vale ressaltar que foi constatada incoerência entre as informações levantadas e os relatórios gerenciais do sistema de lotação da SEDUC (CTRH, 2006).

Estes objetivos específicos, por sua vez, orientaram a definição dos cursos ofertados que, contaram com recursos do FUNDEF e do Tesouro do Estado ao longo de sua execução e apresentaram as seguintes características, conforme demonstrado pelo Quadro 1:

Quadro 1 – Demonstrativo dos cursos de capacitação de professores leigos do estado – SEDUC/PA/CTRH – pagos com recursos do FUNDEF – 1998 a 2006

Nº de municípios-polo	Cursos	Nº de professores/ cursistas	Instituição responsável
7 municípios-polo: Capanema, Itaituba, Mãe do Rio, Marabá, Marituba, Óbidos, Viseu.	Curso I- Capacitação de professor leigo com fundamental incompleto	320	SEDUC/CTRH
20 municípios-polo: Afuá, Almerim, Bragança, Cachoeira do Arari, Cametá, Capanema, Capitão-poço, Castanhal, Curuá, Curuçá, Garrafão do Norte, Mãe do Rio, Marabá, Maracanã, Marituba, Óbidos, São Caetano de Odivelas, São Félix do Xingú, São Sebastião da Boa Vista e Viseu	Curso II- Capacitação de prof. leigo com fundamental completo em nível de ensino médio – magistério/modalidade normal	770	DRH/CTRH/ SEDUC
61 municípios	Curso III- Complementação pedagógica dos professores com o ensino médio completo em magistério/modalidade normal	99	SEDUC/CTRH
-	Curso IV - Complementação pedagógica dos professores com o ensino superior completo em licenciatura plena	Não há registros sobre a sua execução	SEDUC/CTRH/UEPA
6 municípios-polo: Belém, Castanhal, Conceição do Araguaia, Santarém Soure e Salinópolis.	Curso V- Licenciatura plena em ciências naturais, história, matemática, geografia e letras aos professores com o ensino médio completo	2.950	UEPA, UFPA, UNAMA
TOTAL		**4.139**	

Fonte: Secretaria Adjunta de Ensino/SEDUC-PA. CTRH – Relatório Final do Programa e Habilitação de Professores Leigos (2006)

O curso de capacitação destinado aos professores com o fundamental incompleto (Curso I) foi realizado durante o período de novembro de 1998 a julho de 1999 por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo e do CTRH/SEDUC e teve apenas 320 alunos matriculados de uma demanda de 527. O curso II foi realizado durante o período de julho de 1998 a janeiro de 2003 (em seis etapas) através da DRH/CTRH/SEDUC e contou com 770 alunos matriculados de uma demanda de 965 que necessitavam desta formação. O curso III destinado aos professores que tinham o ensino médio completo, mas não na modalidade magistério, forneceu complementação

pedagógica na área a apenas 99 alunos e foi executado em três etapas (julho de 1998 e janeiro e julho de 1999). Para este curso havia uma demanda de 120 alunos no total. O curso IV, com uma demanda de 487, visava fornecer complementação pedagógica aos professores que tinham formação em ensino superior mas sem licenciatura. Contudo, nos relatórios analisados não foram encontradas informações sobre a execução deste curso.

Quanto à Habilitação de Professores em Nível de Licenciatura (Curso V), este foi executado através de um consórcio interuniversitário entre a SEDUC e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) - (Contrato nº 280/2001-SEDUC); Universidade do Estado do Pará (UEPA) (Contrato nº 281/2001-SEDUC); e a Universidade da Amazônia (UNAMA) (Contrato nº 279/2001 – SEDUC). Os cursos foram desenvolvidos (no período de janeiro de 2002 a 2006) por etapas, durante as férias intervalares. Para a realização destes cursos, inscreveram-se 7.701 professores[4], mas foram aprovados apenas 2.950 alunos. Desse total, somente 2.500 concluíram o curso de graduação em nível superior (GOVERNO DO ESTADO, 2008).

Apesar do estímulo financeiro - ainda que mínimo - proporcionado pelo FUNDEF para a elaboração e execução de Políticas de Formação e Valorização Docente durante o período de 1998 a 2006, nem toda a demanda foi atendida e/ou concluiu os cursos de formação. Conforme já sinalizado neste texto (pela demanda de professores inscritos para processo seletivo nos cursos), o número de professores leigos do Estado se revelou bem superior ao divulgado pelo diagnóstico realizado pela DRH/SEDUC, em 1998. Assim, os problemas relacionados à formação dos professores e à presença de leigos na rede pública de ensino permanece durante todo o período de vigência do FUNDEF e se estende também para o período de vigência do FUNDEB.

Na avaliação do ex-dirigente do INEP e da UNDIME Nacional, a Política de Formação implementada durante esse período no estado e paga com recursos do FUNDEF,

> [...] impactou negativamente os salários porque toda a formação foi paga com o dinheiro que, se não fosse gasto com formação, seria

[4] Demanda muito superior aos 3000 professores identificados pelo Estudo Diagnóstico realizado pela DRH/CTRH em 1998.

> destinado para o salário dos professores. [...] então eu diria que uma consequência, foi comprimir os salários porque se usou parte dos salários numa política que era reivindicada pelos professores e era atrativa. Porém, digamos assim, uma boa parte desse recurso foi usado para a formação inicial, em convênios com faculdades particulares, públicas. [...] então eu diria que ajudou a diminuir o número de leigos e aumentar o numero de pessoas com licenciatura nesse período, mas com recursos que eram para o salário. (...) então o professor deixou de receber o dinheiro para financiar a sua formação. (...) Mas as pessoas não perceberam isso, receberam como uma benesse do poder público. (Entrevistado 3 – INEP- UNDIME Nacional).

Com o intuito de resolver este problema, o governo Ana Júlia (2007 a 2010) por meio da SEDUC, desenvolveu o "Plano de Formação Docente do Estado do Pará" (PARFOR – 2009 a 2014), como parte de sua Política de Formação e Valorização Docente para qualificar os docentes que atuam na Educação Básica no Pará, tanto em nível de graduação (formação inicial - Licenciatura) como de pós-graduação (formação continuada – *Lato Sensu* – aperfeiçoamento e especialização- e *Stricto Sensu* – mestrado e doutorado)[5]. Para elaboração e materialização das ações previstas no PARFOR foi assinado o Protocolo de Cooperação entre a SEDUC-PA e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) do estado do Pará (Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará (IFET- PA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)).

A elaboração do plano teve como ponto de partida a realização de um diagnóstico da qualificação dos profissionais que atuam na educação básica no Pará, observando-se a demanda por formação de professores em nível superior e educação continuada nas redes municipal e estadual de ensino.

Para a realização deste diagnóstico foram consultados os dados de função docente do Educacenso/2007, em que foram constatadas as seguintes demandas de formação:

Tabela 5 – Demanda geral de professores (funções docentes) com formação incompatível com as funções exercidas, por URE[6]

URE (municípios-polo)	Professores sem formação superior	Professores com licenciatura, mas não	Professores com nível superior,

[5] Esta política está diretamente articulada com a Política de Formação Nacional dos Professores da Educação Básica desenvolvida pelo Governo Federal.

[6] Para melhor gerenciamento das ações educativas no estado do Pará, a SEDUC-PA estabeleceu domínios de gestão denominados Unidades Regionais de Ensino – URE. Cada URE congrega municípios próximos com características geográficas semelhantes.

		na disciplina em que atua	mas sem licenciatura
1. Bragança	1.634	660	133
2. Cametá	1.536	827	145
3. Abaetetuba	3.712	1.378	165
4. Marabá	4.440	2.003	263
5. Santarém	3.145	1.755	169
6. Monte Alegre	1.665	307	16
7. Óbidos	2.928	503	66
8. Castanhal	2.475	944	94
9. Maracanã	776	258	117
10. Altamira	2.570	1.048	111
11. Santa Izabel	2.095	695	209
12. Itaituba	1.691	443	72
13. Breves	997	718	132
14. Capanema	1.013	524	97
15. Conceição do Araguaia	953	1.169	175
16. Tucuruí	712	729	101
17. Capitão Poço	796	459	101
18. Mãe do Rio	1.015	1.015	145
19. Belém	4.342	4.690	981
20. Região das Ilhas	616	305	21
TOTAL	**39.101**	**20.430**	**3.313**

Fonte: Educacenso/2007 IN: Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará (2008)

A partir das informações da Tabela 5 pode-se perceber que são mais de 60.000 funções docentes com qualificação inadequada em todo o Estado (nas redes municipal e estadual), sendo que destes, quase 40.000 ainda não possuem curso superior. Levando em conta este diagnóstico, foram estabelecidas as seguintes metas para o PARFOR/PA:

> - Oferecer cursos de licenciatura para adequar as funções docentes de pelo menos 60% dos 62.844 docentes que atualmente desempenham suas funções sem a formação inicial adequada, seja por formação inicial, segunda licenciatura ou formação pedagógica num prazo máximo de 8 anos.
> - Estimular as IES públicas do Pará, em conjunto ou isoladamente, a propor cursos de graduação em modalidade mista (presencial e a distância) durante o ano de 2009, para todas as áreas de atuação da Educação Básica. (Governo do Pará, p. 29, 2008).

Como um primeiro passo para concretização das metas estabelecidas, durante os processos seletivos (2009 e 2010) do PARFOR foram ofertados cursos de

graduação em Licenciaturas diferentes em vários municípios-polo do estado, conforme demonstrado sinteticamente na Tabela 6.

Tabela 6 – Número de vagas ofertadas e vagas preenchidas nos processos seletivos do PARFOR – 2009 e 2010

Processo seletivo (ano)	Municípios-polo	Cursos ofertados	Nº de vagas ofertadas	Nº de vagas preenchidas	Instituição responsável
2009	Belém, Abaetetuba, Bragança e Cametá	Ciências Naturais, História, Matemática, Língua Portuguesa – Letras, Pedagogia, Biologia, Ciências da Religião, Informática, Educação Física e Geografia	889	889	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
2010/1	Abaetetuba, Almerim, Altamira, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breves, Bujaru, Cametá, Capanema, Capitão-poço, Canaã dos Carajás, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itaituba, Juruti, Marabá, Moju, Monte Alegre, Muaná, Novo Progresso, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Ponta de Pedras, Redenção, Salinópolis, Salvaterra, Santerém, Santana do Araguaia, São Sebastião da Boa vista, Tailândia, Tucumã, Tucuruí, Uruará.	Ciências Naturais, História, Matemática, Geografia, Letras Língua Portuguesa, Física, Sociologia, Língua Inglesa, Pedagogia, Educação Física, Computação, Biologia, Ciências da Religião, Filosofia, Letras/Espanhol, Ciências Bilógicas, Artes/Música, Letras/Inglês, Artes/Visuais/Dança/Teatro, Química.	**7.045**	**6.249**	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
2010/2	Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breves, Bujaru, Cametá, Capanema, Capitão-poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itaituba, Juruti, Marabá, Moju, Monte Alegre, Muaná, Novo Progresso, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Ponta de Pedras, Redenção, Salinópolis, Salvaterra, Santerém, Santana do Araguaia, São Sebastião da Boa vista, Tucuruí, Uruará.	Ciências Naturais, História, Matemática, Geografia, Letras Língua Portuguesa, Física, Sociologia, Língua Inglesa, Pedagogia, Educação Física, Computação, Biologia, Ciências da Religião, Filosofia, Letras/Espanhol, Ciências Bilógicas, Artes/Música, Letras/Inglês, Artes/Visuais/Teatro, Química.	**2.170**	**2.123**	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
TOTAL			**10.104**	**9.261**	**04**

Fonte: http://www.seduc.pa.gov.br/portal/resultadoPlanoFormacao - Acesso em: 19 nov. 2010

De acordo com os dados fornecidos pela coordenação do PARFOR/PA, do total de vagas preenchidas no processo seletivo 2009 e 2010, apenas 334 (3,6% do total das vagas preenchidas) eram compostas por professores da rede estadual de ensino. Tornando evidente também a presença de uma grande quantidade de professores leigos pertencentes às redes municipais de ensino.

Para a execução destes cursos e de outros que ainda serão ofertados nos vários municípios do estado durante um período de seis anos (2009 a 2014), foi estruturado um orçamento com despesas totais previstas no valor de R$ 221.111.800,00. Deste total, cerca de R$ 162.911.800,00 (73,7%) estão previstos para serem financiados com recursos do Governo Federal, o restante (R$ 58.200.000,00 – 26,3%) deverá ser custeado pelo Governo Estadual com apoio dos governos municipais (GOVERNO DO ESTADO, 2008).

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No que diz respeito às repercussões da política de fundos para a formação docente, foi possível perceber que, com o estímulo financeiro, ainda que mínimo proporcionado pelo FUNDEF/FUNDEB, aliado as políticas nacionais, bem como a outras ações implementadas pelo estado do Pará visando a valorização do magistério, houve uma tendência ao longo desse período no sentido de reduzir o número de professores leigos com apenas o ensino fundamental e médio. Embora se perceba aumento significativo no número de professores com o ensino superior completo, os mesmos não possuíam formação em cursos de licenciatura, o que também se configura como um grave problema para a educação no Pará;

Embora só a partir da implantação do FUNDEF se comece a dar atenção maior ao problema da “pouca/baixa” formação dos professores que compõem a rede estadual de ensino, com registros de investimentos em sua capacitação, esta é uma dimensão dos gastos em educação que as autoridades políticas, governamentais e os movimentos sociais da categoria precisam dar mais atenção no sentido de estimular a ampliação dos gastos na área por parte do Estado. Pois, conforme evidenciado pelo entrevistado nº 3 (INEP- UNDIME Nacional), parte destes custos foi assumido pelos próprios professores, uma vez que a Lei nº 9.424/1996 permitia a aplicação de uma

parcela (60%) dos recursos que deveriam ser destinados à remuneração dos docentes fosse aplicado na capacitação de professores leigos.

Não foi ainda por meio do FUNDEF/FUNDEB que se fez a revolução da educação básica na rede estadual de ensino do Pará e consequentemente da real valorização de seu quadro docente em termos de formação. É necessário o aporte de novos e mais recursos para a educação e para a valorização dos profissionais do magistério.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Verbos intransitivos para uma política pública: formar, valorizar, profissionalizar** IN: Revista Retratos da Escola/ Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ESFORCE) – V. 2, n 2/3, jan./dez. 2008 – Brasília: CNTE, 2007.

ANDRÉ, Marli; SIMÕES, Regina; CARVALHO, Janete; BRZEZINSK, Iria. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Revista **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. FUNDEF: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2007.

_____. **Os fundos públicos no financiamento da educação - o caso FUNDEB**: justiça social, equívoco político ou estratégia neoliberal? 2004. Tese (Livre Docência em Política e Organização da Educação Básica I e II) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 dez. 1996b.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, **Diario Oficial da União**. Brasília, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

OIT/UNESCO. **Recomendações da UNESCO/OIT relativas ao Estatuto dos Professores e ao Estatuto do Pessoal do Ensino Superior**, Portugal, 1966.

PARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do. Lei Estadual nº 5.810/1994. Dispõe sobre Regime Jurídico Único. **Diário Oficial do Estado do Pa**rá, Belém, 1994.

PARÁ, Governo do. Secretaria Executiva da Fazenda. **Balanço Geral do Estado**. Belém, 1996 a 2009.

PARÁ, Governo do. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa.** (1995 – a 2009 - Almir Gabriel, Simão Jatene e Ana Julia) – Belém: 1995 a 2009.